

## **Do megafone à fibra ótica: construindo redes “glocais” de Direitos Humanos**

**Roberto Monte**

O Rio Grande do Norte é um Estado que sempre se caracterizou pela ousadia que o tornou laboratório de experiências cujo alcance transcende amplamente a dimensão local, sendo esta a forma que encontrou de conquistar espaços de articulação e manobra dentro de um contexto que o relega implacavelmente ao status de periferia.

Foi em Natal, no bairro das Rocas, que Djalma Maranhão implantou em 1961 a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”: escolas de palha que não agrediam o ambiente nem a cultura local e alunos descalços. Em três anos, a campanha matriculou 17.000 alunos.

Foi neste Estado que, em 1963, Paulo Freire realizou as 40 horas de Angicos, inaugurando uma nova pedagogia que parte das exigências da pessoa humana e tem como fim a libertação. Naquela época, ele usava um projetor tchecoslovaco no meio de barracas de barro.

O Rio Grande do Norte também foi o palco de experiências inovadoras de comunicação popular, como a Educação Radiofônica iniciada no final dos anos Cinquenta e que levou muitos militantes do Estado a utilizarem as ondas do rádio como veículo de alfabetização das pessoas e transformação social. Mais tarde, esse mesmo grupo se articulou com a Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP) e a TV dos Trabalhadores (TVT) e fundou a TV Memória Popular.

Quem estava por trás desta experiência era o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), que nasceu em 1977 como Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Natal e dez anos depois virou organização-não-governamental. Em 1993, a equipe do CDHMP começou a ouvir falar do Alternex, se perguntou que tipo de relação podia existir entre Direitos Humanos e realidade virtual e, em 1995, o primeiro esboço da atual DHnet – Rede Direitos Humanos e Cultura (o portal que possui o maior e mais completo acervo de dados e informações sobre Direitos Humanos e Cidadania em língua portuguesa) estava no ar.

Esta nova concepção nasceu de uma necessidade básica do movimento de Direitos Humanos de Natal: sobreviver. Sobreviver em suas lutas sociais, até fisicamente, em um lugar em que as oligarquias detêm um poder gigantesco e em um momento em que a briga era com as estruturas distorcidas do próprio Estado: um grupo de extermínio. Foi graças a estar em rede que, quando o advogado Gilson Nogueira de Carvalho (que investigava os crimes do maior grupo de extermínio que aterrorizou o Rio Grande do Norte) foi assassinado em 1996, a notícia repercutiu no Brasil e no mundo. Dois dias depois, a Rede Globo estava em Natal, já tínhamos aprendido a fazer guerrilha virtual. A revista norte-americana *Time*, Anistia Internacional e a BBC de Londres chegaram logo depois. Isso só foi possível graças ao bombardeio de e-mails que o CDHMP realizou pelo país afora.

Uma vez criada a DHnet([www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)), a plataforma que sustenta a nova formação do movimento enquanto rede, o CDHMP deu continuidade a estas discussões promovendo junto ao NEV/USP (Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo) o Programa Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte (PEDH-RN), o segundo do Brasil, elaborado em 1998 em parceria com a Secretaria de Justiça do Governo do Estado e que, em sintonia com a Declaração e Programa de Ação de Viena e do Programa Nacional de 1996 que deriva das recomendações da primeira, define as diretrizes das políticas públicas a serem implementadas em todas as áreas referentes aos direitos da pessoa no Estado.

Em linha com o objetivo de fundo do PEDH, que é a implementação de um Sistema Estadual de Direitos Humanos (ou seja, um conjunto de instrumentos e ações que em todos os níveis – jurídico, institucional, administrativo, educativo, midiático, da sociedade civil – permita a promoção, a proteção e a garantia de todos os direitos em todos os municípios do Estado) que se desdobre em muitos Sistemas Municipais, o CDHMP está sendo o motor propulsor de uma experiência laboratório no Brasil: a da construção da Rede Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte (REDH-RN). Esta é um processo de agregação de organizações da sociedade civil, instituições e pessoas engajadas de todo o Rio Grande do Norte para a promoção, a proteção e a garantia de **todos** os Direitos Humanos (tanto os civis e políticos como os econômicos, sociais, culturais e ambientais) em **todos** os 167 municípios deste Estado. É, portanto, o primeiro conjunto de entidades, representantes de poderes públicos e pessoas do Brasil a conceber uma unidade da Federação como um todo e a querer atingir com suas ações “glocais” (enraizadas localmente, mas embasadas em princípios universais e envolvendo temáticas globais) a totalidade dos seus municípios. É uma “rede de redes” aberta e plural para construir e implementar o Sistema Estadual e os Municipais.

A REDH-RN, que é ao mesmo tempo presencial e online, tem a DHnet como sua plataforma digital e no jornal digital Tecido Social - que hoje chega a quase 100.000 endereços em diversos países do mundo e veicula conteúdos em português, espanhol, italiano e inglês – seu principal veículo de projeção para o mundo e elo entre o local e o global.

Dentro da arquitetura global que o CDHMP construiu pensando nos próximos dez anos, se inserem na mesma lógica da REDH-RN a construção da Rede Lusófona de Direitos Humanos, que começou através de uma parceria com a Comissão Nacional para o Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) de Cabo Verde e continuou com articulações em Portugal, Moçambique e Guiné-Bissau, todas surgidas a raiz da difusão do jornal online Tecido Social, e cujos principais produtos até agora foram a Rede Cabo Verde e a Rede Moçambique de Direitos Humanos online, a elaboração conjunta entre a REDH-RN e a CNDHC do Plano Geral de Comunicação da segunda e o estágio no CHMP em 2006 do jornalista moçambicano Josué Bila, fundador da Associação dos Jornalistas Pró-Direitos Humanos de Moçambique.

Enquanto está sendo reformulada a DHnet na perspectiva da Rede Lusófona e a Rede Brasil (o desdobramento nacional da REDH-RN), novos elos foram criados com a Itália, através da aliança com a Associação Adelante da província de Florença que deu origem à *Rede*

*Potiguar adi Solidarietà Internazionale*, um espaço de colaboração e intercâmbio de experiências entre as duas margens do Atlântico, e através da parceria com a Campanha *Stop Child Sexual Tourism* que produziu o Observatório do Turismo Sexual Infanto-Juvenil Italiano no Brasil. Este último nos permitiu tecer uma rede com entidades do Ceará e de Pernambuco para trabalharmos em conjunto a questão do turismo sexual e criar o embrião de uma Rede Inter-Estadual de Direitos Humanos, na qual pretendemos envolver também a Paraíba onde temos um elo forte com a Universidade Federal para trabalharmos a Educação em Direitos Humanos.

Este último é atualmente o eixo principal da atuação da Rede, que participa do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, participou da elaboração e da reformulação do Plano Nacional e está empenhada na construção do Plano Estadual, para cuja formulação está implementando um Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos. Através de uma parceria com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, a REDH-RN levou adiante no começo de 2007, enquanto Comitê, uma capacitação de mais de 70 professores de municípios da micro-região do Alto-Oeste potiguar, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, realizará uma maciça capacitação para mais de 200 operadores do setor educacional em Natal. Em maio, o Comitê realizará oito Jornadas de Educação em Direitos Humanos em municípios-pólo do Estado, às quais serão preparatórias de oito Caravanas a serem realizadas até final do ano com o objetivo de levantar as propostas da sociedade potiguar para a construção do Plano Estadual.

Do megafone à fibra ótica: em resumo não é mais do que isso. Tudo o que estamos fazendo embasa-se em um espírito glocal que tem o intuito de levar as discussões e os sistemas globais para a promoção e proteção dos Direitos Humanos às realidades do interior do Rio Grande do Norte, passando pelos países de língua oficial portuguesa.



[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)